



# EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO S/A.

CNPJ 58.113.812/0001-23

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO

Senhores Cotistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.<sup>as</sup>, o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras da **Embracon Administradora de Consórcio S.A.** Relativas ao período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

### MERCADO DE ATUAÇÃO

A Embracon Administradora de Consórcios S.A. tem como objetivo formar e administrar grupos de consórcios, de bens móveis, imóveis e serviços. Em 31 de dezembro de 2025 a empresa administrava 288 grupos de consórcios com uma base de clientes ativos de 339.278 consorciados e 25.307 bens entregues.

### EVENTOS SOCIETÁRIOS

O Capital Social é de R\$ 85.000.000,00 e está representado por 85.000.000 cotas no valor de R\$ 1,00 cada. Em 03 de Outubro de 2025 a Administradora determinou, via alteração de nº 81 de seu contrato social o tipo societário de Ltda. para Sociedade Anônima de capital fechado.

RS 1,00 cada. Em 03 de Outubro de 2025 a Administradora determinou, via alteração de nº 81 de seu contrato social o tipo societário de Ltda. para Sociedade Anônima de capital fechado.

### PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RESULTADOS

O Patrimônio Líquido atingiu R\$ 291.855 mil em 31 de dezembro de 2025, apresentando aumento de 38,86% em relação ao R\$ 178.930 mil em 31 de dezembro de 2024. O lucro líquido apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 113.465 mil.

### ATIVOS E PASSIVOS

O Ativo atingiu R\$ 1.653.500 mil em 31 de dezembro de 2025, em relação aos R\$ 896.784 mil em 31 de dezembro de 2024. O Passivo Circulante e não circulantes, somados atingiram o montante de R\$ 1.361.646 mil em 31 de dezembro de 2025, em relação aos R\$ 718.394 mil em 31 de dezembro de 2024.

### AUDITORIA INDEPENDENTE

A política de atuação da Embracon Administradora de Consórcio S.A., na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, a Embracon Administradora de Consórcio S.A., informa que no semestre findo em 31 de dezembro de 2025, não foram prestados pela - auditores independentes e outras firmas - membros outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras. Ademais, a Embracon Administradora

de Consórcio S.A. confirma que a Irmãos Campos & Carboncini Auditores Associados dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras da Embracon Administradora de Consórcio S.A. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

### AGRADECIMENTOS

A Administração da Embracon Administradora de Consórcio S.A., agradece aos cotistas pela confiança depositada.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais)		
ATIVO	Notas	2025
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.510.576</b>
Caixa e equivalentes de caixa	3b, 5	629
Instrumentos Financeiros	3c, 6	78.777
Outras contas a receber		5.078
Taxa de administração a receber		11.778
Impostos a compensar	7	19.489
Adiantamentos	8	11.006
Créditos diversos		777
Bloqueio Judicial	9	5.258
Despesa do exercício seguinte	3e	1.377.783
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>142.924</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>87.049</b>
Impostos sobre lucros Diferidos	17.a	26.999
Impostos e contribuições diferidos	17.b	60.050
<b>Permanente</b>		<b>55.876</b>
Imobilizado	3f, 10	19.493
Intangível	3g, 11	36.383
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.653.500</b>

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais)		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2025
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.189.224</b>
Dividendo a pagar	22	5.210
Financiamento - Operações de leasing	12	1.702
Obrigações trabalhistas	13	71.577
Encargos sociais	14	22.260
Impostos e contribuições a recolher	16	11.343
Rendas antecipadas	3a	1.052.448
Contas a pagar	18	10.855
Arrendamentos	21	2.957
Recursos não procurados	19	4.346
Provisão para contingência	3k, 20	6.485
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>177.631</b>
<b>Exigível a Longo Prazo</b>		<b>177.631</b>
Impostos sobre lucros Diferidos	17.a	117.275
Impostos e contribuições diferidos	17.b	51.364
Arrendamentos	21	8.888
Financiamento - Operações de leasing	12	284
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>286.644</b>
Capital social	22	85.000
Reserva de retenção de lucros		184.644
Reserva legal		17.000
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.653.500</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais)					
	Capital Social	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
<b>EXERCÍCIO</b>					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>85.000</b>	<b>87.401</b>	<b>5.988</b>	-	<b>178.389</b>
Resultado do Período	-	-	-	113.465	113.465
Reserva Legal	-	-	11.011	(11.011)	-
Transf. Dividendos a pagar	-	-	-	(5.210)	(5.210)
Dividendos Obrig. Não distribuídos	-	-	-	-	-
Transferência de Saldos	-	97.243	-	(97.243)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>85.000</b>	<b>184.644</b>	<b>17.000</b>	-	<b>286.644</b>
<b>SEMESTRE</b>					
<b>Saldos em 30 de Junho de 2025</b>	<b>85.000</b>	<b>120.850</b>	<b>7.749</b>	-	<b>213.599</b>
Resultado do Semestre	-	-	-	78.255	78.255
Reserva Legal	-	-	9.251	(9.251)	-
Transf. Dividendos a pagar	-	-	-	(5.210)	(5.210)
Dividendos Obrig. Não distribuídos	-	-	-	-	-
Transferência de Saldos	-	63.794	-	(63.794)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>85.000</b>	<b>184.644</b>	<b>17.000</b>	-	<b>286.644</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DO CONSÓRCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais)					
ATIVO	Notas	2025	PASSIVO	Notas	2025
<b>CIRCULANTE</b>		<b>6.622.598</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>6.622.598</b>
<b>Disponibilidades</b>		<b>2.746.740</b>	<b>Obrigações com consorciados</b>	4g	-
Depósitos bancários		15.212	Grupos em formação		5.033
Aplicações financeiras	4a, 2b	82.906	Recabimentos não identificados		2.243
Aplicações vinculadas a contemplações	4a, 2b	2.648.622	Contribuições de consorciados não contemplados		2.467.826
<b>Outros créditos</b>		<b>28.363</b>	Valores a repassar	4h	268.898
Bens retornados ou devolvidos	4b	27.669	Obrigações contempladas a entregar	4i	2.648.622
Desa/PJ Depósito em Garantia	4c	694	Recursos a devolver a consorciados	4k	1.007.579
<b>Direitos junto a consorciados contemplados</b>		<b>3.847.495</b>	Recursos do Grupo	4l	222.397
Normais	4a	3.747.385	<b>COMPENSAÇÃO</b>	4m	<b>93.269.649</b>
Em atraso	31.194		Recursos mensais a receber		230.485
Em cobrança judicial	68.916		Obrigações do grupo por contribuição		47.680.853
<b>COMPENSAÇÃO</b>		<b>93.269.649</b>	Créditos a disposição consorciado		45.358.311
Previsão mensal recursos a receber	4n	730.485	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>99.892.247</b>
Contribuições devidas ao grupo	4f	47.680.853			
Valor dos bens ou serviços a contemplar	4i	45.358.311			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>99.892.247</b>			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

### NOTAS EXPLICATIVAS À ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)

#### NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Embracon Administradora de Consórcio S.A.** (EMBRACON) tem por objetivo a constituição, organização e administração, na forma da legislação em vigor, de grupos de consórcio constituídos com a finalidade de propiciar a cada um dos consorciados, mediante um fundo comum, a aquisição de bens móveis, imóveis e serviços.

#### NOTA 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**2.1. Declaração de Conformidade (com Relação às Práticas Contábeis Adotadas no Brasil):** As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas na Resolução BACEN nº 02, Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.639/07 e 11.941/08, para a contabilização das operações associadas às normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCEN), específicas para as empresas administradoras de consórcios, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. A administradora optou pelo disposto no Artº 102 da resolução BCB nº 352/2023 em que ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores. Foram publicadas normas e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade. Essas normas e interpretações precisam ser aprovadas pelo BACEN para a avaliação de aplicação no EMBRACON. A administração aguardará as deliberações do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil sobre essas normas e interpretações para ajustar as demonstrações contábeis dentro do que for aplicável. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo EMBRACON, quando aplicável: CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 06 (R2) - Arrendamentos, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mixagem de Estimativa e Reversão de Erro, CPC 24 - Evidências Subsequentes, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27 - Ativo Imobilizado, CPC 33 (R1) - Benefícios e Empregados, CPC 41 - Resultado por Ação, CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Em 10 de outubro de 2025 foi aprovado o CPC 51 - Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis, em correlação com o IFRS 19 emitido pelo IASB, revogando o CPC 20(R), que introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo títulos e subtitulos específicos. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A vigência desta Pronunciamento será estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar este Pronunciamento para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027. A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Os Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ativos fiscais diferidos, as despesas de imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As operações dos grupos de consórcio são controladas individualmente por grupo. A posição patrimonial e financeira desses grupos e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio. A administração considera que o EMBRACON possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, consistente com o seu plano de negócios, preparado no início de cada exercício, que compreende os planos de investimento de capital, os planos estratégicos, as metas corporativas e os programas de manutenção das instalações do EMBRACON. Os planos são acompanhados semestralmente pelos departamentos competentes, podendo sofrer alterações. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 25 de março de 2026. **2.2. Moeda Funcional e de Apresentação:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e a moeda funcional do EMBRACON é o Real. **2.3. Normas Normas e Resoluções Vigentes:** Em 03 de novembro de 2025 foram publicadas a Resolução BCB nº 517 e a Resolução Conjunta BCB nº 14, que altera o art. 8º da Resolução BCB nº 234 de 2022, a qual dispõe sobre a metodologia de apuração do limite mínimo de R\$ 5.800,00 de capital social integralizado e do patrimônio líquido para integração de 25% por semestre, a partir de dezembro de 2026, e se estendendo à junho de 2028.

#### NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo EMBRACON são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis. **a) Ajustamento do Resultado:** As receitas operacionais e outras receitas são apuradas à medida que a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho. As taxas de administração recebidas antecipadamente são reconhecidas no passivo circulante para serem apropriadas ao resultado pelo prazo de duração dos grupos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata di e é calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço. As despesas com comissões sobre vendas inicialmente são reconhecidas no ativo circulante e posteriormente mensalmente apropriadas no resultado pelo regime de competência. **b) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em caixa. Esses recursos são utilizados pelo EMBRACON para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 5). **c) Instrumentos Financeiros:** Os Títulos e Valores Mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da empresa, em três categorias distintas, conforme Circular BACEN nº 3.069/2007. **i) Títulos para Negociação:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativamente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; (Notas 5 e 6). **ii) Títulos Disponíveis para Venda:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. (Nota 6). **iii) Títulos Mantidos Até o Vencimento:** nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais o EMBRACON tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.069/07. Os títulos do EMBRACON são classificados em operações com vendas a avaliadas, na data do balanço, pelo seu valor de mercado. Os títulos e valores mobiliários estão registrados sob o método do saldo líquido de resgate, em conformidade com os extratos bancários. A provisão dos impostos incidentes está registrada na rubrica "Impostos a Recuperar". (Nota 8). **d) Ativos Circulante e Ativo Não Circulante:** São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata di). **e) Despesas do Exercício Seguinte:** São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, custos diretos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerem em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência. **f) Imobilizado:** corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidas com essa finalidade, inclusive os decréscimos de operações que envolvam os riscos, benefícios e controles dos bens do EMBRACON. São depreciados a taxas que levam em consideração a vida útil dos bens e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment).

quando aplicável. **g) Intangível:** Representam gastos com sistemas aplicativos de informática, concessão de direitos de grupos de consórcios e contrato de aluguel. O prazo de vida útil estimado para os itens do ativo intangível é de até 5 anos. Para a aquisição de direitos dos grupos e prazo de vida útil estimado é o mesmo de encerramento dos grupos e para os contratos de aluguel: o prazo de contrato de locação que varia de 2 a 5 anos. **h) Passivo Circulante e Passivo Não Circulante:** Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata di). **i) Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem aos impostos contábeis. O imposto de renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Os valores apresentados no passivo circulante estão líquidos das antecipações efetuadas durante o exercício. A provisão para impostos diferidos é calculada sobre a reserva de reavaliação às mesmas alíquotas dos impostos contábeis. **j) Valores Pendentes de Recolhimento Judicial:** Referem-se a valores em cobrança judicial de grupos encerrados, reclassificados para conta de compensação, conforme Resolução BCB nº 156 e Instrução Normativa BCB nº 208. **k) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.923/08, do Conselho Monetário Nacional, sendo: a) Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre os quais não cabem mais recursos, caracterizando ganho com praticamente certo e pela confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com o outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável são divulgados em nota explicativa; b) Provisões: são constituídas levando em consideração o nível dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; c) Passivos contingentes: não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas. **l) Resultado Não Recorrente:** São resultados de eventos não usuais relacionados com a atividade do EMBRACON ou ainda, eventos para os quais não há expectativa de ocorrer em exercícios futuros. Para o semestre e exercício findos em 30 de junho de 2025, não foram identificados resultados não recorrentes.

#### NOTA 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

**a) Aplicações Financeiras:** Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação direta em operações à ordem do Banco Central do Brasil, conforme determina o Circular nº 3.432/09. O rendimento dessas aplicações é incorporado diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo e aos valores pendentes de entrega a consorciados contemplados, não incidindo sobre estas a taxa de administração. O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos auferidos computados pro rata di. **b) Bens Apreendidos ou Retomados:** Representam o valor dos bens apreendidos e retomados dos clientes inadimplentes. **c) Devedores para Depósito em Garantia:** Representam os depósitos decorrentes de exigências legais ou contratuais, inclusive garantias prestadas em dinheiro, tais como os realizados para interposição de recursos em repetições ou julgos e os que garantem prestação de serviços. **d) Direitos Junto a Consorciados Contemplados - Normais:** Representamos valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados, da data da contemplação até o final do grupo, incluído os direitos em atraso e em cobrança judicial. **e) Provisão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados:** Registram, em forma de compensação, a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados ativos para o mês de janeiro de 2026. O montante foi calculado com base no preço do bem vigente no último dia do mês de dezembro de 2024. **f) Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar:** Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras até o final do grupo, calculado com base no preço do bem vigente no período. **g) Obrigações com Consorciados:** Registram-se os valores referentes a: a) grupos em formação - valores recebidos antes da constituição formal do grupo; b) recabimentos não identificados - valores recebidos cuja procedência ou destinação não foi identificada e c) contribuições de consorciados não contemplados - valores recebidos dos consorciados não contemplados para aquisição de bens ou serviços. **h) Valores a Recuperar:** Representam todos os valores recebíveis e ainda não repassados ao EMBRACON ou a terceiros, tais como taxa de administração, prêmios de seguros, e outros honorários, multas rescisórias, custas judiciais, despesas de registro de contratos, multas e juros. **i) Obrigações por Contemplações a Entregar:** Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias futuras. **j) Recursos a Devolver a Consorciados:** Representam os recursos a devolver a consorciados ativos, por ocasião do rateio de encerramento do grupo, pelos excessos de amortização, ou ainda dos consorciados desistentes ou excluídos. **k) Recursos do Grupo:** Representam os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, formado pelos valores recebidos a título de fundo de reserva acrescido dos respectivos rendimentos financeiros. **l) Compensação - Previsão mensal de recursos a receber de consorciados:** Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente. O montante é calculado com base no preço do bem vigente na data do balanço. **Contribuições devidas ao grupo e suas obrigações de grupo por consorciados:** Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidos pelos consorciados ativos até o final do grupo.

#### NOTA 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025
Caixa	9
Bancos Conta Movimentos	620
<b>Total</b>	<b>629</b>

#### NOTA 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações em Fundo de Investimento lastreadas a títulos públicos do Tesouro Nacional/ Banco Central, são remuneradas pela variação diária do Certificados de Depósitos Interbancários (CDB). Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Administradora, independentemente do ano de vencimento dos títulos, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante. Em atendimento à Resolução BCB nº 156 de 19/10/2021, os saldos apresentados nas contas de Recursos Não Procurados, grupos encerrados posteriormente à Lei 11.795/2008, saldos de Recursos a Devolver a Consorciados - Órdenes Diversos e Recursos Pendentes de Cobrança Judicial e seus respectivos os saldos em contas bancárias e aplicações financeiras correspondentes, são classificadas nas contas contábeis alocadas no Grupo de Compensação, R\$ 44.828 Mil, (em 31/12/2025).

	2025
Certificados de Depósitos Bancários	44.828
Cotas de Fundos de Investimentos	12.002
Cotas de Fundos de Renda Fixa	13.665
LI - Instituição Financeira Ligada	8.482
<b>Total</b>	<b>78.777</b>

#### NOTA 7. IMPOSTOS A COMPENSAR

IRPJ Antecipado 17.025  
CSLL Antecipado 1.245  
Outros 2.934  
**Total 19.489**

#### NOTA 8. ADIANTAMENTOS

Os adiantamentos relativos à carta de crédito são oriundos de adiantamento efetuados aos grupos de consórcio cujo recebimento dos consorciados é realizado via cartão.

	2025
Funcionários	786
Depósitos Judiciais	2.939
Fornecedores e Outros	4.772
Benefícios	2.865
<b>Total</b>	<b>11.006</b>

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais)

	2º Semestre	2025	2025
	Notas	2025	2025
<b>RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>4.008</b>	<b>3.717</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.809	7.817
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>112.305</b>	<b>158.762</b>
Receitas de prestação de serviços	24	595.804	1.102.374
Despesas com pessoal	25	(216.323)	(423.863)
Despesas administrativas	26	(244.223)	(474.317)
Despesas tributárias	27	(54.223)	(106.535)
Despesas com depreciação e amortização	9,10	(16.188)	(28.973)
Outros receitas operacionais	28	47.459	89.076
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>116.114</b>	<b>166.580</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		<b>3.455</b>	<b>6.394</b>
Recetas não operacionais diversas		3.797	7.040
Despesas não operacionais diversas		(342)	(646)
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO DO LUCRO</b>		<b>119.570</b>	<b>172.974</b>
<b>IMPOST</b>			



# EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO S/A. - CNPJ 58.113.812/0001-23

**continuação**

Passivos contingentes possíveis: As perdas possíveis não são reconhecidas, pois sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da administração, baseados nas opiniões de seus consultores jurídicos. Os processos com risco de perda possíveis montam o valor de R\$ 6.158 mil (31/12/2025). As contingências consideradas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

**NOTA 21. ARRENDAMENTOS**

A administradora adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva simplificada que não impacta em superávit acumulado (patrimônio líquido) na data da adoção inicial. O montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar trazidos ao valor presente.

	2025
Contratos de Aluguel (Curto Prazo )	8.688
Contratos de Aluguel (Longo Prazo )	2.957
<b>Total</b>	<b>11.645</b>

**NOTA 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Capital Social:** O capital social é de R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais) e está representado por 85.000.000 (oitenta e cinco milhões) de cotas no valor de R\$ 1,00 cada; **Reserva de Retenção de Lucros:** Considerando que o encerramento contábil do exercício de 2025 apresentou lucro líquido no montante de R\$ 113.465 mil, resolvem de pleno e comum acordo, destinar o montante de R\$ 11.011 mil para constituição de reserva legal, conforme determinado na Resolução DC/BACEN nº 66 de 26/01/2021, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022 e disposições descritas nos artigos 193 e 195 da Lei nº 6404/1976, atingindo assim o limite permitido de 20% sobre o capital social totalizando R\$ 17.000 mil. **Destinação do Lucro Líquido:** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após deduzida a parcela destinada à constituição de reserva legal no montante de R\$ 5.210 mil. O saldo remanescente do lucro líquido do exercício será distribuído na forma de dividendo. A Administração da Companhia está propondo a destinação do lucro líquido do exercício ad-referendum da Assembleia Geral Ordinária.

**NOTA 23. PARTES RELACIONADAS**

O EMBRACON possui operação com partes relacionadas relativa à contratação de locação do imóvel sede, sendo a locador a empresa Embrafisa Consultoria Empresarial Corretora de Seguros e Empreendimentos Imobiliários Ltda. com vigência de 12 meses, com renovação automática conforme aditivo, sendo as parcelas reajustadas pelo IPCA.

**NOTA 24. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Os valores referem-se à prestação de serviços de administração de grupos de consórcio, cobradas mensalmente dos participantes dos grupos de consórcio e apropriadas ao resultado pelo regime de competência em 2023, devido a adoção ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, em cumprimento a Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)**

	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Taxa administração	591.699	1.094.649
Multa e Juros	3.935	7.486
Outras	170	240
<b>Total</b>	<b>595.804</b>	<b>1.102.374</b>

**NOTA 25. DESPESAS COM PESSOAL**

	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Pessoal - Benefícios	(35.318)	(65.768)
Pessoal - Encargos Sociais	(65.770)	(126.189)
Pessoal - Proventos	(115.112)	(231.692)
Pessoal - Treinamento	(123)	(214)
<b>Total</b>	<b>(216.323)</b>	<b>(423.863)</b>

**NOTA 26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Aluguéis	(12.905)	(24.984)
Comunicações	(1.933)	(3.770)
Manutenção e Conservação de Bens	(5.122)	(10.441)
Propaganda e Publicidade	-	-
Serviços de Vigilância e Segurança	(3.528)	(7.155)
Serviços Técnicos Especializados	(154.161)	(297.421)
Viagens no País	(3.616)	(5.836)
Provisões Operacionais	(13.356)	(34.318)
Despesas de Água, Energia e Gás	(1.085)	(2.295)
Despesas de Arrendamento de Bens	(175)	(276)
Despesas de Contrib. Filantrópicas	(46)	(63)
Despesas de Material	(889)	(1.511)
Despesas de Promoções/Rel. Públicas	(11.686)	(28.592)
Despesas de Seguros -	(72)	(191)
Despesas Serviços Sist. Financeiro	(5.958)	(10.119)
Despesas de Serviços de Terceiros	(121)	(259)
Despesas de Transporte	(233)	(355)
Outras Despesas Administrativas	(8.604)	(12.989)
Outras Despesas Operacionais	(7.435)	(10.359)
<b>Total</b>	<b>(244.223)</b>	<b>(474.317)</b>

**NOTA 27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS**

	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Despesas de COFINS	(35.226)	(61.664)
Despesas de PIS	(7.637)	(13.365)
Despesas de ISS	(10.893)	(29.613)
Outras despesas Tributárias	(467)	(1.892)
<b>Total</b>	<b>(54.223)</b>	<b>(106.535)</b>

**NOTA 28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Outras Receitas Operacionais	47.459	90.076
<b>Total</b>	<b>47.459</b>	<b>90.076</b>

São registrados neste grupo de contas as receitas originárias de prestação de serviços técnicos de administração de grupos de Consórcio Renault e Consórcio Nacional Volkswagen, além das taxas de recursos não procurados e reversões de provisão de comissões e serviços.

**NOTA 29. OPERAÇÕES DO CONSÓRCIO**

As operações de consórcio em 31 de dezembro de 2025 apresentam a seguinte posição:

	2025
Quant. de grupos em andamento	288
Quant de consorciados ativos	339.278
Quant de bens entregues no semestre	25.307
Quant de bens entregues, acumulado	89.638
Bens pendentes de entrega acima de 30 dias	22.445
Consorticiados desistentes e excluídos no semestre	89.638
Consorticiados desistentes e excluídos, acumulado	418.013
Taxa média de inadimplência	2,88%

**NOTA 30. APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (GRUPOS DE CONSÓRCIOS)**

	2025
Cotas de Fundos de Investimentos não vinculados a contemplação	77.873
Cotas de Fundos de Investimentos vinculados a contemplação	2.648.622
<b>Total</b>	<b>2.726.494</b>

**NOTA 31. OUTRAS INFORMAÇÕES**

Os consorciados mantêm seguros de vida e quebra de garantia, junto às seguradoras, cujos valores nos prêmios pagos encontram-se contabilizados em Prêmios de Seguros Utilizados. **31.1. Gerenciamento de Riscos:** A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos. O dinamismo dos mercados nos con-

duz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

**NOTA 32. LIMITE DE ALAVANCAGEM OPERACIONAL**

Em atendimento a Resolução BCB Nº 234/2022, e a Instrução Normativa Nº 582/2025 a empresa cumpriu todos os limites de alavancagem determinados pela legislação.

	31/12/2025
(=) Patrimônio Líquido	178.390
(+) Receitas Operacionais	1.225.972
(-) Despesas Operacionais	(1.114.673)
<b>(=) Patrimônio Líquido Ajustado</b>	<b>289.689</b>
(+) Exigível a Longo Prazo	1.391.128
(+) Disponibilidades	16.818
(+) Aplicações Financeiras	93.393
<b>(=) Comprometimento</b>	<b>1.104.724</b>
<b>Patrimônio Líquido Ajustado X 6</b>	<b>1.281.596</b>
<b>(=) Limite Operacional</b>	<b>176.872</b>
<b>Suficiência</b>	<b>176.872</b>
Margem de Imobilização	158.738

**NOTA 33. REFORMA TRIBUTÁRIA**

Através das Leis Complementares 214/2025 e 227/2026, ocorreu o início da Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS"), de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis do semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2025. A Administradora permanece acompanhando de forma contínua os desdobramentos regulatórios e operacionais decorrentes da Reforma Tributária, incluindo análises de cenários, simulações e avaliação de potenciais impactos futuros em sua operação, margens, formação de preços, cadeia de suprimentos e créditos tributários. Adicionalmente, a Companhia está realizando revisões em seus sistemas e processos internos para garantir a conformidade com os novos requisitos legais.

**NOTA 34. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Não há eventos subsequentes até a data de publicação das demonstrações contábeis.

**SILVIA DE FATIMA SACCO**

Diretora de Contabilidade

**SUELY CRISTINA DA SILVA LIMA**

Contadora - CRC 1SP155.421/0-1

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Srs. Sócios e Diretores da

**Embracon Administradora de Consórcio S.A.** - Santana de Parnaíba – SP

**OPINIÃO**

Examinamos as demonstrações contábeis da **Embracon Administradora de Consórcio S.A. (EMBRACON)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, demonstração do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio, em 31 de dezembro de 2025 e consolidada das variações nas disponibilidades de grupos para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMBRACON** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2025, e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos para exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**BASE PARA OPINIÃO**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **EMBRACON**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**ÊNFASE**

Chamamos a atenção para a Nota explicativa Nº 2 às demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB Nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.

**PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA**

Devido à alteração no sistema de apuração das receitas de taxa de administração ao longo do prazo dos grupos de consórcio, bem como ao elevado grau de dependência das operações da Companhia em relação ao adequado funcionamento de sua infraestrutura de tecnologia da informação, incluindo sistemas e aplicações, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho, implementação e efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação ("CGTI"), abrangendo controles de acessos lógicos, gestão de mudanças e operações de tecnologia da informação, relacionados aos sistemas e aplicações considerados relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras; (ii) o envolvimento de especialistas em tecnologia da informação para suportar a execução desses procedimentos; (iii) a avaliação dos processos de geração e extração de relatórios utilizados como base para os saldos contábeis; (iv) a execução de testes de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas e aplicações da Companhia; e (v) a avaliação e validação do sistema de apuração da receita em conformidade com a CPC 47, incluindo a análise das premissas adotadas, das regras de negócio implementadas, da consistência e integridade dos cálculos efetuados, bem como a realização de procedimentos de recálculo e reconciliação com bases independentes de apuração. Com relação aos controles sobre acessos lógicos, avaliamos o processo de concessão, modificação e revogação de acessos de usuários, incluindo a tempestividade na remoção de acessos de colaboradores desligados ou transferidos, bem como a realização de revisões periódicas de acessos. Adicionalmente, avaliamos as políticas de segurança da informação, incluindo parâmetros de senhas e configurações de segurança dos ambientes tecnológicos. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as alterações nos sistemas e aplicações foram devidamente autorizadas, testadas e aprovadas previamente à sua implementação em ambiente produtivo. Também avaliamos os controles relacionados às operações de tecnologia da informação, incluindo procedimentos de backup, recuperação de dados e gestão de incidentes. Como resultado de nossos procedimentos, identificamos determinadas deficiências não significativas no desenho e na operação dos CGTI, as quais impactaram nossa avaliação quanto ao grau de confiança nos controles e, conseqüentemente, à natureza, época e extensão dos procedimentos substantivos planejados. Em resposta a essas deficiências, ampliamos a extensão de nossos testes substantivos, incluindo a execução de procedimentos adicionais de validação independente dos cálculos de receita. Com base nos procedimentos realizados, consideramos que obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão no contexto das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025.

**OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR**

A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e principais fatos administrativos do período. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos

juízo profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2026.

**IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI AUDITORES ASSOCIADOS**

**CRC 2 SP 013.900/0-8**

**FÁBIO CERBONCINI**

**SÓCIO - CRC 1 SP 079.347/0-3**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>